



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, à tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a Folha de Transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Sobre o natural e o sobrenatural

Outro dia escrevi sobre a importância do não saber, de como o conhecimento avança quando parte do não saber, isto é, do senso de mistério que existe além do que se sabe.

A questão aqui é de atitude, de como fazer frente ao desconhecido. Existem duas alternativas: ou se acredita na capacidade da razão e da intuição humana (devidamente combinadas) em sobrepujar obstáculos e chegar a um conhecimento novo, ou se acredita que existem mistérios inescrutáveis, criados por forças além das relações de causa e efeito.

*No meu livro **Criação imperfeita**, argumentei que a ciência jamais será capaz de responder a todas as perguntas. Sempre existirão novos desafios, questões que a nossa pesquisa e inventividade não são capazes de antecipar. Podemos imaginar o conhecido como sendo a região dentro de um círculo e o desconhecido como sendo o que existe fora do círculo. Não há dúvida de que à medida que a ciência avança o círculo cresce. Entendemos mais sobre o universo e entendemos mais sobre a mente. Mas, mesmo assim, o lado de fora do círculo continuará sempre lá. A ciência não é capaz de obter conhecimento sobre tudo o que existe no mundo. E por que isso? Porque, na prática, aprendemos sobre o mundo usando nossa intuição e instrumentos. Sem telescópios, microscópios e detectores de partículas, nossa visão de mundo seria mais limitada. Porém, tal como nossos olhos, essas máquinas têm limites.*

Parafrasando o poeta romano Lucrécio, as pessoas vivem aterrorizadas pelo que não podem explicar. Ser livre é poder refletir sobre as causas dos fenômenos sem aceitar cegamente "explicações inexplicáveis", ou seja, explicações baseadas em causas além do natural.

Não é fácil ser coerente quando algo de estranho ocorre, uma incrível coincidência, a morte de um ente querido, uma premonição, algo que foge ao comum. Mas, como dizia o grande físico Richard Feynman, "prefiro não saber a ser enganado." E você?

(Adaptado de Marcelo Gleiser, **Folha de S. Paulo**, 11/07/2010)

1. O texto, em seu todo, deve ser entendido como
- (A) uma manifestação pessimista do autor quanto à eficácia das descobertas científicas.
 - (B) uma reflexão sobre o alcance da ciência, numa perspectiva em que este é relativizado.
 - (C) um questionamento da atitude dos cientistas que duvidam do poder absoluto da pesquisa.
 - (D) uma crítica à obsolescência das máquinas, que não acompanham o ritmo das nossas percepções.
 - (E) um duro questionamento do crescente prestígio das coisas inexplicáveis, cada vez mais numerosas.

2. No segundo parágrafo do texto, o autor deixa claro que considera
- (A) o desconhecido não mais do que uma região do conhecimento que certamente se esclarecerá no futuro.
 - (B) a existência de mistérios inescrutáveis uma prova de que nossa capacidade de intuir é ainda bastante limitada.
 - (C) a razão e a intuição operações complementares entre si, numa associação capaz de produzir novos conhecimentos.
 - (D) os obstáculos sobrenaturais inteiramente ilusórios, uma vez que nossa intuição nos diz que a razão os removerá.
 - (E) a intuição e a razão degraus imediatamente sucessivos na escalada de um novo conhecimento.

3. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No 3º parágrafo, entende-se que o livro **Criação imperfeita** expressa a posição do autor segundo a qual sempre haverá limites para nossa observação e visão de mundo.
- II. No 4º parágrafo, afirma-se que as coisas inexplicáveis, que costumam aterrorizar as pessoas, devem ser objeto de uma investigação racional.
- III. No último parágrafo, a frase de Richard Feynman indica que, para esse físico, o desconhecido não deve ser motivo para acreditarmos no sobrenatural.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *existem mistérios inescrutáveis* (2º parágrafo) = ocorrem fenômenos imperceptíveis.
 - (B) *relações de causa e efeito* (2º parágrafo) = vinculações pela casualidade.
 - (C) *não são capazes de antecipar* (3º parágrafo) = são ineptas para premeditar.
 - (D) *usando nossa intuição e instrumentos* (3º parágrafo) = valendo-nos da nossa hesitação e nossos recursos.
 - (E) *Parafraseando o poeta* (4º parágrafo) = expressando de outro modo o que bardo disse.



5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Quando se partem de regiões obscuras, nossas ideias não poderão ser produtivas.
- (B) Duas alternativas sempre haverão, restando-nos sempre a dificuldade de optar entre elas.
- (C) Esquivar-se das perguntas que todas as pessoas vivem fazendo implicam um reforço do sobrenatural.
- (D) Ao fenômeno cuja natureza os cientistas ignoram costuma o leigo recorrer como prova do sobrenatural.
- (E) Não ficaram claro, para os leitores do texto, quais exatamente foram os versos parafraseados do poeta Lucrécio.
-
6. Está correta e coerente a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Via de hábito o autor propaga, em coluna jornalística, suas ideias acerca das discensões interpostas entre ciência e misticismo.
- (B) O autor cita um livro próprio no qual expande uma teoria que aparentemente vai ao encontro de suas teses, retificando-as.
- (C) A admissão de que sempre haverá o desconhecido representa, partindo de um cientista, uma prova de sincera humildade.
- (D) Os círculos do saber e do não saber constituem, como se viu, áreas em que a expansão de ambos os tornam complementares.
- (E) O grande físico Richard Feynman declinou de sua preferência pelo engano, quando preferiu relutar em não saber.
-
7. ... a ciência jamais será capaz de responder a todas as perguntas.
- Utilizou-se corretamente a voz passiva, preservando-se o sentido original, nesta nova redação da frase acima:
- (A) Jamais ocorrerá que todas as perguntas sejam respondidas pela ciência.
- (B) Nenhuma das perguntas jamais obterá resposta pela ciência.
- (C) A nem todas as perguntas será jamais a ciência capaz de dar respostas.
- (D) Todas as perguntas, em qualquer tempo, deixarão de obter resposta pela ciência.
- (E) A capacidade da ciência deixará de dar resposta a todas as perguntas.
-
8. A ciência é indispensável: deve-se à ciência o conhecimento de um sem-número de fenômenos que coube a ciência explicar, razão pela qual deve-se conferir à ciência a importância do que nos humaniza.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:
- (A) deve-se à ela - coube-lhe - conferir-lhe
- (B) deve-se-lhe - lhe coube - conferir-lhe
- (C) deve-se à mesma - a coube - conferi-la
- (D) deve-se-lhe - coube-lhe - conferi-la
- (E) deve-se a esta - lhes coube - lhe conferir
-
9. Está plenamente adequado o emprego de ambos os elementos em destaque na frase:
- (A) À medida em que a ciência avança, fenômenos de cuja causa desconhecíamos passam a ser explicados.
- (B) Por hora, a ciência tem ainda muito que caminhar, já que o homem não renunciou a inflingir sua curiosidade ao mundo.
- (C) Se sobrevir ao homem alguma calamidade em escala planetária, somente a ciência disporá os meios de enfrentá-la.
- (D) A arrogância de que muitos homens são acometidos não parece estar entre os defeitos que se poderiam assacar ao autor.
- (E) É por vezes mais preferível ignorar a razão de um fenômeno do que imaginá-lo esclarecido por um atalho místico.
-
10. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) É preciso mormente nos dias que correm, desconfiar, não exatamente das pessoas místicas, mas de um certo misticismo que aqui e ali, costuma vicejar como erva daninha, ameaçando a existência de todas as outras plantas.
- (B) É preciso, mormente nos dias que correm, desconfiar não exatamente das pessoas místicas mas, de um certo misticismo, que aqui e ali costuma vicejar, como erva daninha ameaçando a existência de todas as outras plantas.
- (C) É preciso, mormente nos dias que correm desconfiar não exatamente das pessoas místicas; mas de um certo misticismo que, aqui e ali, costuma vicejar, como erva daninha, ameaçando a existência de todas as outras plantas.
- (D) É preciso – mormente nos dias que correm – desconfiar: não exatamente das pessoas místicas, mas de um certo misticismo, que aqui e ali, costuma vicejar como erva daninha ameaçando a existência, de todas as outras plantas.
- (E) É preciso, mormente nos dias que correm, desconfiar não exatamente das pessoas místicas, mas de um certo misticismo que, aqui e ali, costuma vicejar como erva daninha, ameaçando a existência de todas as outras plantas.



Atenção: As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto seguinte.

O que deu errado

Entre as formigas e as abelhas o problema não existe: algumas nascem para ser a elite, o resto nasce para ser o resto. Tudo já foi resolvido antes, tudo está nos genes. Quem nasce com o gene altruísta se sacrifica pela elite dominante porque existe para isso. Jamais lhe ocorre perguntar "Por que eu?". Até hoje, que se saiba, nenhum batalhão de formigas ou abelhas se insurgiu contra métodos injustos de trabalho e derrubou o poder despótico que o martiriza.

O problema com as sociedades humanas é que, no nosso caso, a natureza confiou demais no altruísmo voluntário. Daí a resistência à flexibilização das leis trabalhistas, a grita contra o salário mínimo, as greves etc. Falta altruísmo no sangue da maioria. A natureza criou a iniciativa individual e a compulsão para o lucro em alguns, mas esqueceu de criar a iniciativa para o sacrifício e a compulsão para a acomodação em outros, sem os quais as leis naturais do mercado não funcionam. Ou só funcionam com os genes altruístas sendo substituídos pela pregação liberal como verdade única ou, se isso falhar, pela tropa de choque. Ou seja, pelo altruísmo artificial.

(Adaptado de Luis Fernando Verissimo, **O mundo é bárbaro**)

11. O título desse texto irônico e bem-humorado de Verissimo justifica-se, no contexto, pela seguinte razão: a natureza

- (A) não dotou os homens da mesma combatividade que caracteriza, por exemplo, as formigas e as abelhas.
- (B) acreditou que os homens saberiam administrar a ordem social com a mesma eficácia de todas as outras criaturas.
- (C) dotou a humanidade somente de genes altruístas, esquecendo-se dos demais, necessários para a harmonia social.
- (D) acreditou que a humanidade poderia espontaneamente harmonizar o individualismo de uns com o altruísmo de outros.
- (E) não dotou os homens da capacidade de gerir com mais liberalidade o funcionamento do mercado e da economia.

12. Atente para as seguintes afirmações, relativas ao 2º parágrafo:

- I. A expressão *altruísmo voluntário* designa a capacidade de alguém escolher sacrificar-se pelo bem dos semelhantes.
- II. *Flexibilização das leis trabalhistas*, no contexto, sugere uma alteração desfavorável para o trabalhador.
- III. Ao falar em *compulsão para o lucro*, o autor está-se referindo a um dos casos em que o homem reluta em abrir mão de seu natural altruísmo.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

13. O problema com as sociedades humanas é que (...) a natureza confiou demais no altruísmo voluntário.

Mantém-se a correção e a coerência da frase acima nesta nova redação: **O altruísmo voluntário**

- (A) foi confiado demais pela natureza, tornando-se problemático para as sociedades humanas.
- (B) tornou-se por demais confiável à natureza, razão pela qual redundou em problema para os homens.
- (C) mereceu plena confiança da natureza, advindo daí os problemas que se verificam em nossa ordem social.
- (D) impregnou-se com tão natural confiança que acabou resultando no problema que mais afeta a humanidade.
- (E) é a razão pela qual a confiança da natureza resultou problemática para o funcionamento das sociedades humanas.

14. Está inteiramente adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais na frase:

- (A) Nascessem alguns para ser a elite e outros para servi-la, os homens se organizariam socialmente com o mesmo equilíbrio que se manifesta entre as abelhas e entre as formigas.
- (B) Assim como se organizassem as abelhas e as formigas, os homens podem inspirar-se nelas, havendo assumido a mesma divisão básica de trabalho.
- (C) A natureza tem criado a iniciativa egoísta sem haver criado a iniciativa altruísta, o que acabava por gerar uma profunda desarmonia entre os homens.
- (D) Caso venha a ocorrer uma radical flexibilização das leis trabalhistas, os operários mais esclarecidos teriam percebido os prejuízos que essa alteração lhes acarretasse.
- (E) Sugere o autor que, quando falte argumento liberal para que alguns sejam altruístas, terão entrado em cena as conhecidas razões das tropas de choque.

15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher de modo correto a lacuna da frase:

- (A) Nem às formigas nem às abelhas (**competir**) decidir quais funções serão exercidas por quem.
- (B) Quase todos os problemas que (**caber**) à humanidade resolver derivariam de um engano da natureza.
- (C)-se (**atribuir**) às leis do mercado uma racionalidade tal que é acusado de insano quem contra elas se insurge.
- (D) A força de tantas compulsões egoístas entre os homens (**costumar**) redundar em profundas injustiças.
- (E) O motivo pelo qual se (**dirigir**) à vida de uma colmeia tantos aplausos é a harmonia de que as abelhas são capazes.



Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

16. Seja P o produto de um número inteiro e positivo N por 9. Se N tem apenas três dígitos e P tem os algarismos das unidades, das dezenas e das centenas iguais a 4, 6 e 3, respectivamente, então $P + N$ é igual a

- (A) 6 480.
- (B) 6 686.
- (C) 6 840.
- (D) 5 584.
- (E) 5 960.

17. Serena fez um saque em um caixa eletrônico que emitia apenas cédulas de 10, 20 e 50 reais e, em seguida, foi a três lojas nas quais gastou toda a quantia que acabara de retirar. Sabe-se que, para fazer os pagamentos de suas compras, em uma das lojas ela usou todas (e apenas) cédulas de 10 reais, em outra usou todas (e apenas) cédulas de 20 reais e, na última loja todas as cédulas restantes, de 50 reais. Considerando que, ao fazer o saque, Serena recebeu 51 cédulas e que gastou quantias iguais nas três lojas, o valor total do saque que ela fez foi de

- (A) R\$ 900,00.
- (B) R\$ 750,00.
- (C) R\$ 600,00.
- (D) R\$ 450,00.
- (E) R\$ 300,00.

18. Dois funcionários de uma Unidade do Tribunal Regional do Trabalho – Moisés e Nuno – foram incumbidos da manutenção de n equipamentos de informática. Sabe-se que, Moisés é capaz de executar essa tarefa sozinho em 4 horas de trabalho ininterrupto e que Nuno tem 80% da capacidade operacional de Moisés. Assim sendo, se, num mesmo instante, ambos iniciarem simultaneamente a manutenção dos n equipamentos, então, após um período de duas horas,

- (A) o trabalho estará concluído.
- (B) ainda deverá ser feita a manutenção de 20% dos n equipamentos.
- (C) ainda deverá ser feita a manutenção de 10% dos n equipamentos.
- (D) terá sido executada a manutenção de $\frac{3}{8}$ dos n equipamentos.
- (E) terá sido executada a manutenção de $\frac{4}{5}$ dos n equipamentos.

19. Em julho de 2010, dois Analistas Judiciários receberam um lote com X licitações para emitir pareceres. No mês seguinte, indagados sobre quantos pareceres de tal lote haviam emitido em julho, eles responderam:

Anabela: " $\frac{6}{11}$ do total das licitações receberam meu parecer."

Benivaldo: "A quantidade de licitações em que dei meu parecer corresponde a $\frac{3}{5}$ do número de pareceres emitidos por Anabela."

Sabendo que cada licitação recebeu o parecer de apenas um desses Analistas e que a soma das quantidades que cada um emitiu era um número compreendido entre 100 e 150, então:

- (A) $X < 50$.
- (B) $50 < X < 100$.
- (C) $100 < X < 150$.
- (D) $150 < X < 200$.
- (E) $X > 200$.

20. Considere um argumento composto pelas seguintes premissas:

- Se a inflação não é controlada, então não há projetos de desenvolvimento.
- Se a inflação é controlada, então o povo vive melhor.
- O povo não vive melhor.

Considerando que todas as três premissas são verdadeiras, então, uma conclusão que tornaria o argumento válido é:

- (A) A inflação é controlada.
- (B) Não há projetos de desenvolvimento.
- (C) A inflação é controlada ou há projetos de desenvolvimento.
- (D) O povo vive melhor e a inflação não é controlada.
- (E) Se a inflação não é controlada e não há projetos de desenvolvimento, então o povo vive melhor.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. A plenitude de defesa no Tribunal do Júri encontra-se dentro do princípio maior da
- (A) legalidade.
 - (B) ampla defesa.
 - (C) reserva legal.
 - (D) moralidade.
 - (E) presunção de inocência.

22. No tocante à aplicabilidade, as normas constitucionais que não regulam diretamente interesses ou direitos nelas consagrados, mas que se limitam a traçar alguns preceitos a serem cumpridos pelo Poder Público, como programas das respectivas atividades, pretendendo unicamente a consecução dos fins sociais pelo Estado, são classificadas como
- (A) análogas.
 - (B) hermenêuticas.
 - (C) andrógenas.
 - (D) programáticas.
 - (E) satisfativas.

23. No Brasil o controle de constitucionalidade repressivo judiciário é
- (A) apenas difuso.
 - (B) misto.
 - (C) concentrado dependente de complementação.
 - (D) apenas concentrado.
 - (E) difuso dependente de complementação.

24. A decisão que julgar improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é
- (A) recorrível ao Conselho Nacional de Justiça.
 - (B) passível de ação rescisória ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) irrecorrível.
 - (D) recorrível ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) passível de ação rescisória ao Conselho Nacional de Justiça.

25. A saída compulsória do estrangeiro fundamentada no fato de ter permanecido irregularmente no território nacional, não decorrendo da prática de delito em território nacional, mas tão somente do não cumprimento dos requisitos para permanecer no Brasil, desde que não se retire voluntariamente no prazo determinado pela autoridade competente, é classificada como
- (A) banimento.
 - (B) extradição.
 - (C) expulsão.
 - (D) deportação.
 - (E) ostracismo.

26. Rosa, servidora pública, titular de cargo efetivo da União pretende se aposentar. Ela conta com sessenta e dois anos de idade, vinte anos de efetivo exercício no serviço público, seis anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, tendo contribuído para o regime da previdência por vinte e sete anos. Nesse caso, Rosa
- (A) já cumpre os requisitos para a aposentadoria compulsória e receberá proventos proporcionais ao tempo de exercício efetivo no cargo.
 - (B) poderá se aposentar voluntariamente com proventos integrais, pois contribuiu por mais de vinte e cinco anos para a previdência.
 - (C) não poderá se aposentar voluntariamente, uma vez que não conta com a idade mínima de sessenta e cinco anos, nem com mais de trinta e cinco anos de contribuição para a previdência.
 - (D) não poderá se aposentar voluntariamente, uma vez que não possui mais de quinze anos de efetivo exercício no cargo aonde se dará a aposentadoria.
 - (E) poderá se aposentar voluntariamente com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

27. Quanto as responsabilidades do Presidente da República, estabelece a Constituição Federal, além de outras, que
- (A) os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a lei orçamentária, são crimes de responsabilidade.
 - (B) ficará suspenso de suas funções, nos crimes de responsabilidade, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) ficará suspenso de seu cargo, nas infrações penais comuns, após a instauração do processo pelo Congresso Nacional.
 - (D) se, decorrido o prazo de noventa dias, o julgamento não estiver concluído, permanecerá afastado, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
 - (E) nas infrações comuns estará sujeito a prisão, mesmo que não haja sentença condenatória.

Direito Administrativo

28. Sobre a concessão de serviços públicos:
- (A) Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder pelos prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, mas a fiscalização exercida pelo órgão competente exclui essa responsabilidade.
 - (B) É possível concessão de serviço público, ainda que se trate de serviço cuja titularidade não pertença ao Estado.
 - (C) Poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas.
 - (D) O poder concedente, no exercício da fiscalização, não poderá acessar dados relativos à administração, contabilidade e recursos financeiros da concessionária.
 - (E) A responsabilidade da concessionária – por se tratar de pessoa jurídica de direito privado –, pelos prejuízos causados aos usuários do serviço público é subjetiva.



29. Sobre os princípios básicos da Administração Pública, é INCORRETO afirmar:
- (A) O princípio da eficiência alcança apenas os serviços públicos prestados diretamente à coletividade e impõe que a execução de tais serviços seja realizada com presteza, perfeição e rendimento funcional.
- (B) Em observância ao princípio da impessoalidade, a Administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, vez que é sempre o interesse público que tem que nortear o seu comportamento.
- (C) Embora não se identifique com a legalidade, pois a lei pode ser imoral e a moral pode ultrapassar o âmbito da lei, a imoralidade administrativa produz efeitos jurídicos porque acarreta a invalidade do ato que pode ser decretada pela própria Administração ou pelo Judiciário.
- (D) O princípio da segurança jurídica veda a aplicação retroativa de nova interpretação de lei no âmbito da Administração Pública, preservando assim, situações já reconhecidas e consolidadas na vigência de orientação anterior.
- (E) Em decorrência do princípio da legalidade, a Administração Pública não pode, por simples ato administrativo, conceder direitos de qualquer espécie, criar obrigações ou impor vedações aos administrados; para tanto, ela depende de lei.
-
30. No que diz respeito às autarquias, entidades pertencentes à Administração Indireta, a assertiva que corretamente aponta algumas de suas características é:
- (A) Capacidade de autoadministração e descentralização territorial.
- (B) Descentralização por serviços ou funcional e capacidade política.
- (C) Personalidade jurídica pública e descentralização territorial.
- (D) Sujeição a tutela e capacidade política.
- (E) Capacidade de autoadministração e sujeição a tutela.
-
31. Nos termos da Lei nº 8.112/90, Maurício, servidor do Tribunal Regional do Trabalho, em razão de ter sido removido para outro município, onde deva ter exercício, terá no
- (A) mínimo, quinze e, no máximo, quarenta e cinco dias de prazo, contados do ato de nomeação, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, excluído deste prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
- (B) máximo, quinze dias de prazo, contados da posse, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
- (C) mínimo, dez e, no máximo, trinta dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
- (D) máximo, sessenta dias de prazo, contados da posse, para a retomada do efetivo exercícios de suas funções, excluído deste prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
- (E) mínimo, cinco e, no máximo, dez dias de prazo, contados da publicação do ato de exercício, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições da função, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
-
32. De acordo com a Lei nº 8.112/90, em relação ao vencimento, remuneração e vantagens dos Servidores Públicos Civis da União:
- (A) As indenizações se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.
- (B) As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito não poderão ser compensadas, sendo assim não consideradas como efetivo exercício.
- (C) Quando o pagamento indevido houver ocorrido no mês anterior ou posterior ao do processamento da folha, não haverá reposição, salvo se para o erro contribuiu o servidor, ao menos culposamente.
- (D) As gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.
- (E) O vencimento, a remuneração e o provento poderão ser objeto de arresto, sequestro ou penhora, salvo nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.
-
33. De acordo com a Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é INCORRETO afirmar:
- (A) Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados.
- (B) Considera-se entidade a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta e órgão a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
- (C) São deveres do administrado perante a Administração, dentre outros, prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- (D) O administrado tem, dentre outros, o direito perante a Administração de fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.
- (E) No desempenho da função administrativa, a lei também se aplica aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União.
-
34. Analise as assertivas abaixo acerca dos atos de improbidade administrativa.
- I. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, frustrar a licitude de concurso público.
- II. Constitui ato de improbidade administrativa causador de prejuízo ao erário, permitir a realização de despesas não autorizadas em lei.
- III. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares.
- IV. O ato de improbidade administrativa causador de prejuízo ao erário somente é punível na modalidade dolosa.
- De acordo com a Lei nº 8.429/92 está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

**Direito Civil**

35. José desapareceu de seu domicílio, sem dele haver notícia e sem ter deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens. Declarada a ausência e nomeado curador, foram arrecadados seus bens. Passados três anos da arrecadação, a requerimento do cônjuge, foi declarada a ausência e aberta provisoriamente sucessão, tendo o único filho feito seus todos os frutos e rendimentos dos bens que lhe couberam. Todavia, o ausente apareceu e ficou provado que a ausência foi voluntária e injustificada. Nesse caso, o

- (A) descendente deverá devolver ao ausente todos os frutos e rendimentos recebidos, descontado os que tiver utilizado para a sua subsistência.
- (B) descendente deverá devolver ao ausente todos os frutos e rendimentos recebidos.
- (C) ausente perderá em favor do sucessor todos os bens que possuía na data da declaração da ausência e os respectivos frutos e rendimentos.
- (D) descendente deverá devolver ao ausente a metade dos frutos e rendimentos recebidos.
- (E) ausente perderá, em favor do sucessor, sua parte nos frutos e rendimentos.

36. Os mares, os quartéis e as estradas de ferro são bens públicos

- (A) de uso comum do povo, dominicais e de uso comum do povo, respectivamente.
- (B) dominicais, de uso especial e de uso comum do povo, respectivamente.
- (C) de uso comum do povo, de uso especial e dominicais, respectivamente.
- (D) de uso comum do povo.
- (E) de uso especial.

37. Nas obrigações de dar coisa certa, deteriorada a coisa sem culpa do devedor, o credor poderá

- (A) exigir duas similares à que se deteriorou.
- (B) exigir o equivalente, mais perdas e danos.
- (C) resolver a obrigação e exigir perdas e danos.
- (D) aceitar a coisa, abatendo de seu preço o valor que perdeu.
- (E) aceitar a coisa e exigir perdas e danos.

38. Numa obrigação indivisível há três credores solidários e três devedores solidários. Um dos credores solidários exigiu de um dos devedores solidários a dívida inteira. Nesse caso, esse devedor

- (A) se desobrigará pagando a dívida inteira ao credor que a exigiu, dando este caução de ratificação dos outros credores.
- (B) se desobrigará se pagar ao credor que exigiu a dívida toda a parte que, proporcionalmente, lhe cabe como credor.
- (C) não se desobrigará pagando a dívida inteira, pois, em razão da solidariedade, os demais credores também poderão exigir a dívida toda.
- (D) só se desobrigará se pagar a dívida inteira conjuntamente a todos os credores solidários.
- (E) se desobrigará se pagar ao credor que exigiu a dívida toda a parte que, proporcionalmente, lhe cabe como devedor.

Direito Processual Civil

39. A indeclinabilidade é uma característica

- (A) da ação.
- (B) da jurisdição.
- (C) do processo.
- (D) da lide.
- (E) do procedimento.

40. A carta precatória

- (A) poderá ser dirigida a cumprimento por juiz subordinado ao que a expediu ou a autoridade judiciária estrangeira.
- (B) não poderá ser apresentada a juízo diverso do que dela consta, a fim de se praticar o ato, pois não tem caráter itinerante.
- (C) que tiver por objeto exame pericial sobre documento deverá ser instruída com cópia deste, ficando nos autos o original.
- (D) não poderá em nenhuma situação ser recusada pelo juízo deprecado, ainda que através de despacho motivado.
- (E) poderá ser transmitida por telefone, havendo urgência, entre o escrivão do juízo deprecante e o do juízo deprecado.

41. Dentre outros, está impedido de depor como testemunha, o

- (A) que, por seus costumes, não for digno de fé.
- (B) advogado que assistiu as partes.
- (C) inimigo capital da parte.
- (D) que tiver interesse no litígio.
- (E) amigo íntimo da parte.



<p>42. A execução NÃO pode ser promovida</p> <p>(A) pelo sub-rogado, nos casos de sub-rogação convencional.</p> <p>(B) pelo cessionário, quando direito resultante do título executivo lhe foi transferido por ato entre vivos.</p> <p>(C) pelo sub-rogado, nos casos de sub-rogação legal.</p> <p>(D) pelos herdeiros do credor, ainda que, por morte deste, não lhes for transmitido o direito resultante do título executivo.</p> <p>(E) pelo credor, a quem a lei confere título executivo.</p>	<p>45. A empresa MAR fornece transporte privado especial para que sua empregada, Milena, e seu empregado, Matias, se desloquem até o serviço. No caso de Milena, parte do trajeto percorrido em condução fornecida pela empregadora possui transporte público regular e outra parte não possui e, no caso de Matias, todo o percurso percorrido não possui transporte público regular. Neste caso,</p> <p>(A) será devida a remuneração das horas <i>in itinere</i> de todo o trajeto percorrido para ambos os empregados.</p> <p>(B) não será devida a remuneração das horas <i>in itinere</i> para ambos os empregados, em razão do fornecimento de condução privada adequada.</p> <p>(C) será devida a remuneração das horas <i>in itinere</i> para Milena e Matias, sendo que para Milena estas horas serão limitadas ao trecho não alcançado pelo transporte público e para Matias elas abrangerão todo o trajeto.</p> <p>(D) será devida a remuneração das horas <i>in itinere</i> apenas para Matias, abrangendo todo o trajeto.</p> <p>(E) será devida a remuneração das horas <i>in itinere</i> apenas para Milena, abrangendo a parte do trajeto percorrido que não possui transporte público.</p>
<p>43. Os embargos de terceiro podem ser</p> <p>(A) opostos por terceiro que é senhor e possuidor, mas não por terceiro que é apenas possuidor do bem a que diz respeito.</p> <p>(B) opostos por quem vier a sofrer turbação na posse de seus bens em razão de penhora no processo em que é parte.</p> <p>(C) opostos no processo de execução, mesmo após a assinatura e expedição da carta de adjudicação.</p> <p>(D) contestados no prazo de 15 dias por quem deu causa à constrição judicial do bem a que diz respeito.</p> <p>(E) opostos no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença.</p>	<p>46. O contrato de trabalho A possui cláusula contratual que fixa determinada importância para atender englobadamente vários direitos legais do trabalhador. O contrato de trabalho B possui cláusula contratual que fixa determinada percentagem para atender englobadamente vários direitos contratuais do trabalhador. E, o contrato C possui cláusula contratual que fixa determinada percentagem para atender englobadamente vários direitos legais e contratuais do trabalhador. Nestes casos, são nulas as cláusulas previstas</p> <p>(A) no contrato A, apenas.</p> <p>(B) no contrato C, apenas.</p> <p>(C) nos contratos A e B, apenas.</p> <p>(D) nos contratos B e C, apenas.</p> <p>(E) nos contratos A, B e C.</p>
<p style="text-align: center;">Direito do Trabalho</p> <p>44. Joana presta serviços na qualidade de empregada para mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho. Neste caso, salvo ajuste em contrário,</p> <p>(A) não está caracterizada a coexistência de mais de um contrato de trabalho.</p> <p>(B) está caracterizada a existência de mais de um contrato de trabalho, limitado em três, tendo em vista que as empresas possuem personalidades jurídicas distintas.</p> <p>(C) está caracterizada a existência de mais de um contrato de trabalho, limitado em dois, tendo em vista que as empresas possuem personalidades jurídicas distintas.</p> <p>(D) está caracterizada a existência de mais de um contrato de trabalho, sem limitação, em razão da prestação de serviços acontecer durante a mesma jornada de trabalho.</p> <p>(E) está caracterizada a existência de mais de um contrato de trabalho, sem limitação, tendo em vista que as empresas possuem personalidades jurídicas distintas.</p>	<p>47. Quadro de pessoal organizado em carreira, aprovado pelo órgão competente, excluída a hipótese de equiparação salarial,</p> <p>(A) obsta reclamação fundada em preterição, enquadramento ou reclassificação.</p> <p>(B) não obsta reclamação fundada em preterição, enquadramento ou reclassificação.</p> <p>(C) não obsta reclamação fundada apenas em preterição.</p> <p>(D) não obsta reclamação fundada apenas em enquadramento.</p> <p>(E) não obsta reclamação fundada apenas em enquadramento ou reclassificação.</p>



48. O Conselho Curador do FGTS reunir-se-á ordinariamente, a cada bimestre, por convocação de seu Presidente. Esgotado esse período, não tendo ocorrido convocação,
- (A) deverá o representante do Banco Central do Brasil fazê-la no prazo de sessenta dias.
 - (B) deverá o Vice-Presidente fazê-la no prazo improrrogável de 48 horas.
 - (C) deverá o Vice-Presidente fazê-la no prazo de 48 horas prorrogável por igual período.
 - (D) qualquer de seus membros poderá fazê-la no prazo de trinta dias.
 - (E) qualquer de seus membros poderá fazê-la no prazo de quinze dias.
49. Golias trabalha em condições perigosas recebendo o respectivo adicional. Além do trabalho efetivamente realizado, Golias permanece horas em sobreaviso. Neste caso, o adicional de periculosidade, pago em caráter permanente,
- (A) integra o cálculo de indenização e de horas extras, não integrando as horas de sobreaviso.
 - (B) integra o cálculo de indenização, de horas extras e das horas de sobreaviso.
 - (C) integra apenas o cálculo de horas extras.
 - (D) integra apenas o cálculo de horas extras e das horas de sobreaviso.
 - (E) não integra o cálculo de indenização, de horas extras e das horas de sobreaviso.
50. Segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, é garantido à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos,
- (A) dispensa do horário de trabalho por duas horas para a realização de, no mínimo, três consultas médicas e demais exames complementares.
 - (B) dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no máximo, cinco consultas médicas.
 - (C) dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exames complementares.
 - (D) deixar de comparecer ao serviço por até três dias para a realização de consultas médicas.
 - (E) deixar de comparecer ao serviço por até cinco dias para a realização de consultas médicas.
- Direito Processual do Trabalho**
51. Nas ações plúrimas, as custas incidem sobre
- (A) um valor fixo previamente estipulado pelo Tribunal Superior do Trabalho.
 - (B) um valor fixo previamente estipulado pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (C) o valor da causa previamente estipulado na proporção de cada parte.
 - (D) um valor fixo previamente estipulado pelo Tribunal Regional competente.
 - (E) o respectivo valor global.
52. Maria, dirigente sindical, empregada da empresa K, praticou falta grave passível de dispensa. Maria foi suspensa e a empresa K pretende dispensá-la. Neste caso, para a instauração de inquérito para apuração de falta grave, a empregadora
- (A) deverá apresentar reclamação por escrito à Vara do Trabalho dentro de dez dias, contados da data da suspensão da empregada.
 - (B) deverá apresentar reclamação por escrito à Vara do Trabalho dentro de trinta dias, contados da data da suspensão da empregada.
 - (C) deverá apresentar reclamação por escrito ou verbal à Vara do Trabalho dentro de sessenta dias, contados da data da suspensão da empregada.
 - (D) deverá apresentar obrigatoriamente reclamação por escrito à Vara do Trabalho dentro de sessenta dias, contados da data da suspensão da empregada.
 - (E) não poderá dispensar Maria, tendo em vista que ela possui estabilidade provisória garantida ao dirigente sindical.
53. O Sindicato, substituto processual e autor da reclamação trabalhista, em cujos autos fora proferida a decisão rescindenda,
- (A) só possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória se tiver autorização expressa de todos os reclamantes figurantes da ação em que foi proferida a decisão rescindenda.
 - (B) possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, sendo necessária a citação de todos os empregados substituídos em razão da existência de litisconsórcio passivo necessário.
 - (C) não possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, tratando-se de ação pessoal que não admite substituição processual.
 - (D) possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, sendo descabida a exigência de citação de todos os empregados substituídos, porquanto inexistente litisconsórcio passivo necessário.
 - (E) só possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória se tiver autorização expressa de dois terços dos reclamantes figurantes da ação em que foi proferida a decisão rescindenda.
54. O mandado de segurança
- (A) não pode ser indeferido de plano tendo em vista a obrigatoriedade do recebimento das informações da autoridade coatora.
 - (B) é cabível em face de decisão judicial passível de correção.
 - (C) não é cabível em face de decisão judicial transitada em julgado.
 - (D) não é cabível em face da tutela antecipada concedida antes da sentença, independentemente do objeto da ação.
 - (E) não é cabível somente em face da tutela antecipada concedida antes da sentença que defere reintegração no emprego.



<p>55. Em determinada reclamação trabalhista um conjunto comercial foi a leilão em razão do inadimplemento do executado. Diego, necessitando de um espaço para montar sua empresa, arremata tal bem, tendo em vista que foi o licitante que ofereceu maior lance. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, Diego deverá garantir o lance com sinal correspondente a</p> <p>(A) 20% de seu valor e pagar o preço da arrematação em vinte e quatro horas.</p> <p>(B) 20% de seu valor e pagar o preço da arrematação em quarenta e oito horas.</p> <p>(C) 30% de seu valor e pagar o preço da arrematação em quarenta e oito horas.</p> <p>(D) 50% de seu valor e pagar o preço da arrematação em quarenta e oito horas.</p> <p>(E) 50% de seu valor e pagar o preço da arrematação em vinte e quatro horas.</p>	<p style="text-align: center;">Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região</p> <p>58. Nos termos do Regimento, as designações dos Diretores de Secretaria das Varas do Trabalho somente poderão recair sobre servidores</p> <p>(A) comissionados do quadro de pessoal do Tribunal, com nível superior, indicados pelo Presidente, que submeterá o nome ao <i>referendum</i> do Pleno do Tribunal no prazo de quinze dias.</p> <p>(B) efetivos do quadro de pessoal do Tribunal, bacharéis em Direito, indicados pelo Juiz Titular ao Presidente, que submeterá o nome ao <i>referendum</i> do Pleno do Tribunal no prazo de trinta dias.</p> <p>(C) comissionados do quadro de pessoal do Tribunal, bacharéis em Direito, nomeados pelo Juiz Titular, que submeterá o nome ao conhecimento do Presidente do Tribunal no prazo de trinta dias da nomeação do servidor.</p> <p>(D) efetivos do quadro de pessoal do Tribunal, de nível superior, indicados pelo Presidente ao Pleno do Tribunal, no prazo de quinze dias, para a sua nomeação.</p> <p>(E) efetivos do quadro de pessoal do Tribunal, bacharéis em Direito, nomeados pelo Juiz Titular, que submeterá o nome ao conhecimento do Presidente do Tribunal, no prazo de quinze dias da sua nomeação.</p>
<p>56. As empresas G e F interuseram recurso ordinário, tendo em vista condenação em sentença de primeiro grau anexando ao recurso documentos que não estão no processo e não foram objeto de contraditório. O documento juntado pela empresa G é referente a fato posterior à sentença e o documento juntado pela empresa F é referente a fato anterior à sentença. Neste caso, será admitida a juntada</p> <p>(A) apenas do documento da empresa F, independentemente da comprovação do justo impedimento para a sua oportuna apresentação.</p> <p>(B) apenas do documento da empresa G.</p> <p>(C) apenas do documento da empresa F, desde que esta comprove justo impedimento para a sua oportuna apresentação.</p> <p>(D) de ambos os documentos, independentemente da comprovação do justo impedimento.</p> <p>(E) de ambos os documentos, desde que a empresa F comprove justo impedimento para a sua oportuna apresentação.</p>	<p>59. De acordo com o Regimento, das decisões proferidas pelo Corregedor-Regional cabe</p> <p>(A) reclamação correicional, no prazo de três dias, contados da intimação pessoal do reclamante.</p> <p>(B) reclamação correicional, no prazo de cinco dias, contados da publicação no órgão oficial.</p> <p>(C) agravo regimental, no prazo de dez dias, contados da intimação pessoal do reclamante.</p> <p>(D) agravo regimental, no prazo de oito dias, contados da publicação no órgão oficial.</p> <p>(E) agravo regimental, no prazo de sete dias, contados da baixa da decisão em cartório.</p>
<p>57. Garantido o juízo na fase executória, a exigência de depósito para recorrer de qualquer decisão</p> <p>(A) é legal e constitui pressuposto objetivo recursal previamente previsto em legislação específica.</p> <p>(B) é legal e previsto na Consolidação das Leis do Trabalho.</p> <p>(C) viola o princípio do contraditório e da ampla defesa, mas havendo, porém, elevação do débito, exige-se a complementação da garantia do juízo.</p> <p>(D) viola o princípio do contraditório e da ampla defesa independentemente de elevação de débito tendo em vista que quando intimado a garantia foi oportunamente ofertada.</p> <p>(E) é legal e constitui pressuposto subjetivo recursal previamente previsto em legislação específica.</p>	<p>60. Estabelece o Regimento, quanto ao procedimento de uniformização de jurisprudência, que</p> <p>(A) será Relator da matéria o Desembargador Federal do Trabalho que solicitar o pronunciamento prévio do Tribunal acerca da interpretação de norma jurídica.</p> <p>(B) a tese prevalente, obtida por voto unânime, valerá para todos os casos em julgamento.</p> <p>(C) as Súmulas poderão ser revistas mediante proposta votada pela maioria simples dos membros efetivos ou não do Tribunal.</p> <p>(D) a proposta de revisão de Súmula será apreciada pela mesma Turma Julgadora que a decidiu, em sessão extraordinária especialmente convocada.</p> <p>(E) o incidente será julgado por todos os membros do Tribunal, com destaque do revisor, sustentação oral do relator, votando o Presidente da sessão somente no caso de empate.</p>



Discursiva – Redação

Atenção: Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

1. Leia detidamente o texto seguinte.

Um filósofo alemão já lembrou, para ilustrar uma teoria sua, que as propriedades de um círculo de 1 milímetro de diâmetro são as mesmas de um círculo de 100 metros de diâmetro. Essa constatação não deveria sair da cabeça dos juristas, quando da aplicação da lei a pessoas de diferentes classes.

2. Redija uma dissertação, com coerência e clareza, acerca do tema discutido no texto acima.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	